



CADERNO DE ENCARGOS
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 02-2023 UALG

Aquisição de Equipamento de Rede e Antenas para as Residências Universitárias

Índice Geral

CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1. ^a	4
OBJETO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 2. ^a	4
ENTIDADE ADJUDICANTE	4
CLÁUSULA 3. ^a	4
GESTOR DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 4. ^a	4
FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS	4
CLÁUSULA 5. ^a	5
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	5
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
CLÁUSULA 6. ^a	5
OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO	5
CLÁUSULA 7. ^a	6
CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA	6
CLÁUSULA 8. ^a	6
ACEITAÇÃO DOS BENS	6
CLÁUSULA 9. ^a	6
DEVER DE SIGILO	6
CLÁUSULA 10. ^a	7
PROTEÇÃO DE DADOS	7
SECÇÃO II	7
OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE	7
CLÁUSULA 11. ^a	7
PREÇO CONTRATUAL	7
CLÁUSULA 12. ^a	7
PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO	7
CLÁUSULA 13. ^a	8
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
CAPÍTULO III	8
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
CLÁUSULA 14. ^a	8
PENALIDADES CONTRATUAIS	8
CLÁUSULA 15. ^a	9
FORÇA MAIOR	9
CLÁUSULA 16. ^a	9
RESOLUÇÃO POR PARTE DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE	9
CLÁUSULA 17. ^a	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	10
CAPÍTULO IV	10
CAUÇÃO	10
CLÁUSULA 18. ^a	10

CAUÇÃO	10
CAPÍTULO V	10
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	10
CLÁUSULA 19. ^a	10
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS - FORO COMPETENTE.....	10
CLÁUSULA 20. ^a	10
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
CLÁUSULA 21. ^a	10
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	10
CLÁUSULA 22. ^a	11
CONTAGEM DOS PRAZOS	11
CLÁUSULA 23. ^a	11
DIREITO APLICÁVEL.....	11
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	12
ANEXO ÚNICO	26
REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS.....	26

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objeto do Contrato**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a Aquisição de Equipamento de Rede e Antenas para as Residências Universitárias, conforme descrito no **Anexo I** (Especificações Técnicas), que para todos os efeitos faz parte do presente Caderno de Encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos, CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação: 32420000-3 – Equipamento de Rede

Cláusula 2.ª**Entidade Adjudicante**

Universidade do Algarve, pessoa coletiva de direito público com o NIF 505 387 271, sita no Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, com o número de telefone (+ 351) 289 800 100 e com o endereço eletrónico: contratacao publica@ualg.pt e com o seguinte horário de funcionamento em dias úteis: das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:30 horas.

Cláusula 3.ª**Gestor do Contrato**

Para a gestão do Contrato, por parte da entidade pública contratante, foi designado o Doutor Luís Manuel Pisco Rodrigues, Chefe de Divisão de Administração e Infraestruturas dos Serviços de Informática, cujo e-mail é: lrodrig@ualg.pt.

Cláusula 4.ª**Forma e documentos contratuais**

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. Fazem parte integrante do Contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A Proposta Adjudicada;

- e) Os esclarecimentos à Proposta Adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e as cláusulas do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado abreviadamente de CCP), e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo código.

Cláusula 5.ª

Prazo de vigência do Contrato

O contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão do fornecimento dos bens adjudicados em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, nomeadamente a garantia dos bens.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 6.ª

Obrigações gerais do Adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas do contrato, decorre para o Adjudicatário a obrigação de fornecer os bens de acordo com as condições de fornecimento definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
3. Constituem ainda obrigações do Adjudicatário:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação a que está obrigado, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Fornecer os bens conforme os requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos, níveis de serviço e condições do fornecimento definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - c) Obrigação de prestar assistência técnica a todos os equipamentos sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adjudicante, com as deslocações ou mão-de-obra, durante o prazo da garantia;
 - d) Fornecer os equipamentos adjudicados, que lhe forem solicitados, nas instalações da Universidade do Algarve, a indicar oportunamente na nota de encomenda, no prazo de 30 (trinta) dias;
 - e) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
 - f) Não alterar as condições do fornecimento dos bens previstos neste Caderno de Encargos;

- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

Cláusula 7.º

Conformidade e garantia técnica

Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 8.º

Aceitação dos bens

1. Caso os bens objeto do contrato, estejam em conformidade com as exigências do Caderno de Encargos e disposições gerais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características definidas, deve a UALG informar o Adjudicatário da aceitação dos bens do contrato.
2. No caso de haver bens que não estejam em conformidade a UALG deve declarar, por escrito, expressamente, quais os bens que não aceita.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Algarve, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à Universidade do Algarve.
5. A atividade desenvolvida pelo adjudicatário e respetivos empregados ou colaboradores, no âmbito do presente procedimento, independentemente do vínculo contratual que possuam com o Adjudicatário, encontra-se sujeita à aplicação do RGPD e legislação conexa.

Cláusula 10.ª

Proteção de Dados

Caso realize alguma operação de tratamento de dados pessoais no âmbito do objeto deste procedimento, o Adjudicatário obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados» a este procedimento concursal e que dele faz parte integrante.

Secção II**Obrigações da Universidade do Algarve**

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade do Algarve deve pagar ao Adjudicatário, o preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço inclui todas as despesas que o concorrente prevê realizar no fornecimento, como despesas com deslocações, alimentação, alojamento, despesas de aquisição, transporte, acondicionamento, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço não será sujeito a qualquer atualização, variação ou alteração até ao termo da vigência do contrato.

Cláusula 12.ª

Preço Base do Procedimento

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade do Algarve, deve pagar ao Adjudicatário o preço de acordo com a proposta adjudicada, o qual não pode exceder para a totalidade dos fornecimentos que constituem o objeto do contrato, o montante global de **€ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil euros)**.
2. Quando os preços constantes da proposta sejam também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. O preço não será sujeito a qualquer atualização, variação ou alteração até ao termo da vigência do Contrato, exceto as atualizações decorrentes do cumprimento de obrigações legais ao abrigo do artigo 282.º do CCP.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento do preço dos fornecimentos que lhes sejam efetuados.
2. O preço dos fornecimentos a prestar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto no Caderno de Encargos e da proposta apresentada pela entidade fornecedora.
3. As quantias devidas pela Universidade do Algarve, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pela Universidade do Algarve das respetivas faturas, nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da comunicação de aceitação pela Universidade do Algarve.
5. A Universidade do Algarve reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o presente Caderno de Encargos.
6. Em caso de discordância por parte da Universidade do Algarve, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, no prazo máximo de 10 dias, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. As faturas deverão ser emitidas em nome da Universidade do Algarve, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:
 - a) Número do contrato;
 - b) Número da nota de encomenda/compromisso;
 - c) Descrição dos bens fornecidos;
 - d) Valor respetivo dos bens, com discriminação das respetivas taxas praticadas.
8. A faturação está sujeita ao disposto no artigo 299.º B do Código dos Contratos Públicos.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III**Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos de resposta, até 10% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento da obrigação das demais obrigações emergentes do presente caderno de encargos até 5% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Contraente Público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço executado.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 15.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente: sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte da Universidade do Algarve

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, a Universidade do Algarve pode resolver o Contrato, a título sancionatório, sem formalidades, exceto a notificação pelo correio, sob registo ou fax, no caso do Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos casos previstos no artigo 333.º do CCP.

Cláusula 17.^a**Resolução por parte do Adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o Contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CAPÍTULO IV**Caução**Cláusula 18.^a**Caução**

O valor da caução não é exigível, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO V**Disposições finais**Cláusula 19.^a**Resolução de litígios - Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ambas as partes outorgantes estão de acordo em procurar dirimir amigavelmente todas as divergências respeitantes ao contrato.

Cláusula 20.^a**Cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem a prévia autorização da entidade adjudicante; existindo autorização deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

Cláusula 21.^a**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito e por meio de carta com aviso de receção.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto nas cláusulas deste Caderno de Encargos e respetivos Anexos os quais são parte integrante do Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O objeto deste procedimento é a aquisição de equipamento informático de rede e rede sem fios para as Residências Universitárias.

A universidade do Algarve possui uma rede informática da marca Huawei, composta por cerca de 300 switch Huawei da gama S5700 e superior e mais de 300 AP modelo 5030DN e superiores. Possui ainda dois switch principais, modelo S12708, onde está instalada a placa controladora da rede sem fios e ainda a firewall.

O equipamento de rede, objeto desta aquisição, irá ligar a essa rede já existente, nomeadamente as AP ao controlador de rede sem fios e os switch ao switch principal através das placas de expansão “interface-card” e que serão instaladas no switch principal.

É por isso essencial que o equipamento seja completamente compatível com os equipamentos da marca e modelos referidos, para garantir a compatibilidade com o equipamento existente, maximizando e otimizando os investimentos anteriores da Universidade neste domínio.

Tabela de quantidades do material a fornecer:

Designação	Características	Quant.
Pontos de acesso sem fios (AP) para pequena área	Wifi 6, indoor, tipo AirEngine5762-13W ou equivalente, montagem na parede, débito agregado mínimo de 2.975 Gbps, para quartos/divisões únicas	315
Pontos de acesso sem fios (AP) para grande área	Wifi 6, indoor, tipo AirEngine5760-51 ou equivalente, montagem no teto, débito agregado mínimo de 5.95 Gbps	5
Switch de 24 portas	Switch tipo S5731-S24P4X ou equivalente, c/ PoE, 24 portas a 1Gb e 4 portas SFP+ 10Gb	12
Switch de 48 portas	Switch tipo S5731-S48P4X ou equivalente, c/ PoE, 48 portas a 1Gb e 4 portas SFP+ 10Gb	19

SFP BIDI Uplink	SFP+ tipo SFP-10G-BXU1 ou equivalente, 10Gb, 10Km, Uplink	11
SFP BIDI Downlink	SFP+ tipo SFP-10G-BXD1 ou equivalente, 10Gb, 10Km, Downlink	11
SFP 10Gb 1.4km	SFP+ tipo SFP-10G-iLR ou equivalente, 10Gb, 1.4km	66
Cabo Direct Attach 1m	Cabo tipo SFP-10G-CU1M ou equivalente, Direct-attach, 10Gb, 1m	12
Placas de expansão 24x10Gb + 24x1Gb	Interface Card para switch Huawei S12708 AGILE tipo LST7X24BX6S0 ou equivalente, com 24 X PORTAS 10GB + 24 X PORTAS 1GB	2
Placas de expansão 2x100Gb + 4x40Gb	Interface Card para switch Huawei S12708 AGILE tipo LST7C02BX6E0 ou equivalente, com 2 X PORTAS 100GB e 4 X PORTAS 40GB	2
SFP 40Gb Monomodo	SFP 40GB MONO-MODE tipo QSFP-40G-LX4-EO, superior ou equivalente, para switch Huawei S12708 ou equivalente	8
Patch UTP Numerado	UTP, de 1m, agrupados em 10 conjuntos numerados de 1 a 24 e 16 conjuntos numerados de 1 a 48	1008
Patch de Fibra Monomodo	Patch de fibra dupla Monomodo 1m, LC-LC	78

1. Todo o equipamento proposto deve ser obrigatoriamente “novo”, não sendo aceite equipamento “refeito” ou “usado”.
2. Todos os equipamentos a adquirir deverão ter um prazo de garantia de 2 anos, exceto quando nas especificações técnicas se exija um prazo diferente.
3. No âmbito do presente Concurso, a proposta comercial e declarações entregues pelos concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa, exceto os documentos técnicos ou outros documentos que se considerem importantes juntar tais como brochuras ou certificações, que podem ser entregues em inglês, identificando sempre o lote a que se referem.
4. Custos de transporte, alfandegários e entrega do equipamento são da responsabilidade do concorrente.

5. Deverá o concorrente apresentar uma declaração do fabricante, relativa a todos os componentes preconizados no âmbito do presente projeto e descritos nas especificações técnicas, atestando que os componentes são originais e que o concorrente tem capacidade técnica para instalar, operar e manter estes equipamentos.
6. Deverá também o fabricante, no mesmo documento que o ponto anterior, ou em documento anexo, declarar ter conhecimento do procedimento em apreço e que os equipamentos a fornecer serão novos, que serão fornecidos pelo oficial de distribuição em Portugal e que as condições de garantia e suporte serão asseguradas também pelo fabricante.

Especificações técnicas do material a fornecer:

1. Access Point WiFi 6 indoor (montagem no teto)

O equipamento de Wi-Fi indoor a instalar em quantidade mencionada na tabela de quantidades, deve cumprir com as seguintes especificações mínimas:

a) Características técnicas:

- Deve suportar os standards 802.11a, 802.11b/g, 802.11n, 802.11ac e 802.11ac wave 2, e 802.11ax

b) Suporte obrigatório das seguintes funcionalidades:

- Suporte de três modos de funcionamento:
 - Modo Dual-Radio:
 - 802.11ax com 4x4 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 4 (quatro) *spatial streams*, ao operar em *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 2.4GHz
 - 802.11ax com 4x4 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 4 (quatro) *spatial streams*, ao operar em *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 5GHz
 - Modo Triple-Radio:
 - 802.11ax com 2x2 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 2 (dois) *spatial streams*, ao operar em *Single User* ou *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 2.4GHz

- 802.11ax com 4x4 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 4 (quatro) *spatial streams*, ao operar em *Single User* ou *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 5GHz
- 802.11ax com 2x2 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 2 (dois) *spatial streams*, ao operar em *Single User* ou *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 5GHz
- Modo Dual-Radio + *scanning*:
 - 802.11ax com 2x2 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 2 (dois) *spatial streams*, ao operar em *Single User* ou *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 2.4GHz
 - 802.11ax com 4x4 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 4 (quatro) *spatial streams*, ao operar em *Single User* ou *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 5GHz
 - *Independent radio scanning*
- *Maximal ratio combining (MRC)*
- *DL/UL MU-MIMO*
- *DL/UL OFDMA*
- *Target wake time (TWT)*
- *Low-density parity-check (LDPC)*
- *Canais de 20, 40, 80 e 160MHz*
- *Débito agregado mínimo de 5.95 Gbps (1.15 Gbps @2.4GHz e 4.8 Gbps @5GHz)*
- *Agregação de Pacotes: A-MPDU (Tx/Rx), A-MSDU (Tx/Rx)*
- *802.11 Dynamic Frequency Selection (DFS)*
- *Suporte para Cyclic Shift Diversity (CSD) e Cyclic Delay Diversity (CDD)*
- *O ponto de acesso Wi-Fi deverá poder operar como um Wireless Controller, suportando o protocolo CAPWAP, standard, funcionando como um controlador para outros APs*
- Os APs devem ser capazes de se ligar a um controlador dedicado, sem necessidade de um upgrade manual.
- Deve suportar Wi-Fi Multimédia (WMM).
- Deve suportar Bluetooth (BLE 5.0)

- Deve suportar uma carta para IoT, suportando BLE 5.0, ZigBee, RFID e Thread.
 - IEEE 802.11i, WPA, WPA2, WPA3.
 - IEEE 802.1x
 - Deve suportar pelo menos os seguintes métodos de autenticação:
 - WEP
 - WPA/WPA2-PSK
 - WPA3-SAE
 - WPA/WPA2-PPSK
 - WPA/WPA2/WPA3-802.1X
 - WAPI
 - Suporte de WIDS/WIPS
 - Deve estar provido de 1 (uma) porta 1 x 100M/1000M/2.5G/5G elétrica, 1 (uma) porta 1 x 10M/100M/1GE elétrica e 1 (uma) porta USB.
 - Deve poder operar na gama de temperaturas entre os -10°C e 50°C, com uma humidade de operação entre os 5% e os 95%.
 - Deve suportar pelo menos 16 (dezassex) SSIDs por rádio
 - Deve suportar 512 clientes por rádio
 - Deve suportar 1152 clientes em modo Triple-Radio
 - Deve ter antenas integradas:
 - 2.4 GHz, com ganho de 4.5 dBi.
 - 5 GHz, com ganho de 5.5 dBi.
 - Devem poder ser alimentados por:
 - Via um switch que suporte 802.3bt.
 - Injetores de power.
- c) Os equipamentos devem ser fornecidos e instalados com todos os acessórios necessários e suportados/aprovados pelo fabricante, para o seu correto funcionamento.

2. Access Point WiFi 6 indoor (montagem na parede)

O equipamento de Wi-Fi indoor a instalar em quantidade mencionada na tabela de quantidades, deve cumprir com as seguintes especificações mínimas:

a) Características técnicas:

- Deve suportar os standards 802.11a, 802.11b/g, 802.11n, 802.11ac e 802.11ac wave 2, e 802.11ax

b) Suporte obrigatório das seguintes funcionalidades:

- Suporte de modo de funcionamento em Dual-Radio
 - Modo Dual-Radio:
 - 802.11ax com 2x2 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 2 (dois) *spatial streams*, ao operar em *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 2.4GHz
 - 802.11ax com 2x2 Multiple-Input Multiple-Output (MIMO) com 2 (dois) *spatial streams*, ao operar em *Multiuser* MIMO (MU-MIMO) e na frequência dos 5GHz
- *Maximal ratio combining* (MRC)
- *DL/UL MU-MIMO*
- *DL/UL OFDMA*
- *Target wake time* (TWT)
- *Low-density parity-check* (LDPC)
- Canais de 20, 40, 80 e 160MHz
- Débito agregado mínimo de 2.975 Gbps (0.575 Gbps @2.4GHz e 2.4 Gbps @5GHz)
- Agregação de Pacotes: A-MPDU (Tx/Rx), A-MSDU (Tx/Rx)
- 802.11 Dynamic Frequency Selection (DFS)
- Suporte para Cyclic Shift Diversity (CSD) e Cyclic Delay Diversity (CDD)
- O ponto de acesso Wi-Fi deverá poder operar como um Wireless Controller, suportando o protocolo CAPWAP, standard, funcionando como um controlador para outros APs
- Os APs devem ser capazes de se ligar a um controlador dedicado, sem necessidade de um upgrade manual.
- Deve suportar Wi-Fi Multimédia (WMM).
- Deve suportar Bluetooth (BLE 5.0)
- IEEE 802.11i, WPA, WPA2, WPA3.
- IEEE 802.1x

- Deve suportar pelo menos os seguintes métodos de autenticação:
 - WEP
 - WPA2-PSK
 - WPA3
 - WAPI
 - AES
 - TKIP
- Suporte de WIDS/WIPS
- Deve estar provido de 2 (duas) portas 10M/100M/1GE elétricas (que suportem PoE input) e 1 (uma) porta USB.
- Deve poder operar na gama de temperaturas entre os 0°C e 40°C, com uma humidade de operação entre os 5% e os 95%.
- Deve suportar pelo menos 16 (dezasseis) SSIDs por rádio
- Deve suportar 256 clientes
- Deve ter antenas integradas:
 - 2.4 GHz, com ganho de 2.0 dBi.
 - 5 GHz, com ganho de 3.0 dBi.
- Devem poder ser alimentados por:
 - Via um switch que suporte 802.3af.
 - DC (12 V $\pm$ 10%).
- Devem estar em conformidade com os seguintes standards EMC:
 - EN 301 489-1
 - EN 301 489-17
 - EN 60601-1-2
 - EN 55024
 - EN 55032
 - EN 55035
 - GB 9254
 - GB 17625.1
 - GB 17625.2
 - AS/NZS CISPR32

- CISPR 24
- CISPR 32
- CISPR 35
- IEC/EN61000-4-2
- IEC/EN 61000-4-3
- IEC/EN 61000-4-4
- IEC/EN 61000-4-5
- IEC/EN61000-4-6
- ICES-003
- RoHS:
 - Directive 2002/95/EC & 2011/65/EU
 - (EU)2015/863

c) Os equipamentos devem ser fornecidos e instalados com todos os acessórios necessários e suportados/aprovados pelo fabricante, para o seu correto funcionamento.

3. Carta de expansão 24x10Gb + 24x1Gb

A carta de expansão compatível com os switches Huawei S12708 existentes, com as seguintes especificações mínimas:

- Carta com 6x portas, das quais 2x 100GE QSFP28 e 4x 40GE QSFP+:
 - A carta deverá suportar breakout cables em todas as portas (4*10G SFP+)
 - Suportar chips embutidos programáveis, suportando funcionalidades como controlador wireless nativo, VxLAN, Free mobility, SVF, e iPCA
 - MACSec
 - MAC: 384K
 - FIBv4: 256K
 - FIBv6:80K
 - ARP: 140K
 - Multicast: 64K
 - ACL: 6K
 - Utilizadores: 16K
 - Número de APs: 4K

4. Licenças para APs, compatíveis com a carta Huawei ET1D2G48TX1E existente em cada switch S12708

Deverão ser incluídas no total 320 licenças para registo dos APs na funcionalidade de controladora wireless da carta Huawei ET1D2G48TX1E existente.

5. Equipamento de Switching com 24 portas 10/100/1000 BASE-T PoE+

O equipamento de switching a instalar em cada bastidor, com recurso a montagem própria, deve cumprir com as seguintes especificações mínimas:

a) Características Físicas

- Equipamento fixo ethernet L2/L3.
- 24 portas 1G com interface do tipo RJ-45.
- Suportar 24 portas PoE+ 30 W (IEEE 802.3at) sem recorrer a fonte de alimentação externa (ex: RPS), e apenas com uma fonte de alimentação instalada.
- O equipamento deverá suportar fontes de alimentação redundantes (2x 1000W AC).
- O equipamento deverá incluir um mínimo de 1x fonte de alimentação de 1000W AC cada.
- O equipamento deverá ter de base um uplink com um mínimo de 4 portas line rate 10G SFP+.
- Capacidade de suporte de stacking, garantindo capacidade para que uns mínimos de 9 equipamentos sejam geridos como um único, através de um endereço único de gestão. Todos os acessórios necessários para stacking devem ser incluídos.
- A arquitetura do equipamento e do stack tem de ser igual entre os elementos do mesmo.
- Suportar stacking entre equipamentos com diferentes densidades de portas de acesso, com e sem PoE.
- Suporte para ventoinhas de ventilação redundantes.
- Proteção contra picos de tensão: ± 6 kV
- Temperatura de funcionamento: -5°C a $+45^{\circ}\text{C}$

b) Escalabilidade e Performance

- Capacidade de switching mínima: 128 Gbps

- Capacidade de forwarding mínima: 96 Mpps
- Número mínimo de VLAN ID's: 4K
- Número mínimo de interfaces lógicas L3: 1024
- Número mínimo de MAC Addresses: 64K
- Número mínimo de rotas IPv4: 16K
- Número mínimo de rotas IPv6: 8K
- Suporte de Jumbo Frames

c) Funcionalidades

- Suporte para LLDP
- Suporte de Gestão WEB (HTTPS) nativa
- Suporte de Link Aggregation (802.3ad)
- Suporte para IPv6
- Suporte de POE perpétuo nas Interfaces (não é removido com o reboot)
- Suporte de Fast PoE
- Capacidade de 802.1ad (QINQ)
- Suporte de ACLs
- Suporte de STP, RSTP
- Suporte de VRRP
- Capacidade para medir a performance da rede e recolher estatísticas relacionadas com latência, jitter, e perdas de pacotes
- Suporte de rotas estáticas
- Suporte de RIPv1, RIPv2, RIPv6
- Suporte de OSPFv2 e OSPFv3
- Suporte de PBR
- Suporte de IS-IS
- Suporte de BGP
- Suporte de DHCP client/server/relay/policy VLAN
- Suporte de NETCONF/YANG
- Suporte para 802.1X.

- Suporte para RADIUS Authentication, Authorization e Accounting.
- Suporte IGMP (v1/v2/v3)
- Capacidade de Suporte de PIM, PIM-SM, PIM-DM
- Suporte de SSHv2.
- Suporte de SNMPv1, SNMPv2c, SNMPv3

Todos os acessórios ou quaisquer componentes adicionais devem ser do mesmo fabricante

6. Equipamento de Switching com 48 portas 10/100/1000 BASE-T PoE+

O equipamento de switching a instalar em cada bastidor, com recurso a montagem própria, deve cumprir com as seguintes especificações mínimas:

a) Características Físicas

- Equipamento fixo ethernet L2/L3.
- 48 portas 1G com interface do tipo RJ-45.
- Suportar 25 portas PoE+ 30 W (IEEE 802.3at) sem recorrer a fonte de alimentação externa (ex: RPS), e apenas com uma fonte de alimentação instalada.
- Suportar 48 portas PoE+ 30 W (IEEE 802.3at) com duas fontes de alimentação instalada.
- O equipamento deverá incluir um mínimo de 1x fonte de alimentação de 1000W AC cada.
- O equipamento deverá ter de base um uplink com um mínimo de 4 portas line rate 10G SFP+.
- Capacidade de suporte de stacking, garantindo capacidade para que uns mínimos de 9 equipamentos sejam geridos como um único, através de um endereço único de gestão. Todos os acessórios necessários para stacking devem ser incluídos.
- A arquitetura do equipamento e do stack tem de ser igual entre os elementos do mesmo.
- Suportar stacking entre equipamentos com diferentes densidades de portas de acesso, com e sem PoE.
- Suporte para ventoinhas de ventilação redundantes.
- Proteção contra picos de tensão: ± 6 kV
- Temperatura de funcionamento: -5°C a +45°C

b) Escalabilidade e Performance

- Capacidade de switching mínima: 176 Gbps
- Capacidade de forwarding mínima: 125 Mpps
- Número mínimo de VLAN ID's: 4K
- Número mínimo de interfaces lógicas L3: 1024
- Número mínimo de MAC Addresses: 64K
- Número mínimo de rotas IPv4: 16K
- Número mínimo de rotas IPv6: 8K
- Suporte de Jumbo Frames

c) Funcionalidades

- Suporte para LLDP
- Suporte de Gestão WEB (HTTPS) nativa
- Suporte de Link Aggregation (802.3ad)
- Suporte para IPv6
- Suporte de POE perpétuo nas Interfaces (não é removido com o reboot)
- Suporte de Fast PoE
- Capacidade de 802.1ad (QINQ)
- Suporte de ACLs
- Suporte de STP, RSTP
- Suporte de VRRP
- Capacidade para medir a performance da rede e recolher estatísticas relacionadas com latência, jitter, e perdas de pacotes
- Suporte de rotas estáticas
- Suporte de RIPv1, RIPv2, RIPv6
- Suporte de OSPFv2 e OSPFv3
- Suporte de PBR
- Suporte de IS-IS
- Suporte de BGP
- Suporte de DHCP client/server/relay/policy VLAN

- Suporte de NETCONF/YANG
- Suporte para 802.1X.
- Suporte para RADIUS Authentication, Authorization e Accounting.
- Suporte IGMP (v1/v2/v3)
- Capacidade de Suporte de PIM, PIM-SM, PIM-DM
- Suporte de SSHv2.
- Suporte de SNMPv1, SNMPv2c, SNMPv3

Todos os acessórios ou quaisquer componentes adicionais devem ser do mesmo fabricante

7. Transceivers

a) Modulo transceptor de interligação para fibra monomodo.

- Devem ser fornecidos 66x transceivers do tipo SFP+ do mesmo fabricante do equipamento de switching e com as seguintes características.
 - 1310 nm de comprimento de onda.
 - Compatível com fibra SM – monomodo/single mode
 - Distância de operação em SM igual ou superior a 1.4km
 - Conectores do tipo LC
- Devem ser fornecidos 20x transceivers do tipo SFP+ do mesmo fabricante do equipamento de switching e com as seguintes características.
 - 10GBASE-BX
 - Deverão ser 10 x upload - Comprimento de onda: 1330 nm (RX) e 1270 nm (TX)
 - Deverão ser 10 x download - Comprimento de onda: 1330 nm (TX) e 1270 nm (RX)
 - Compatível com fibra SM – monomodo/single mode
 - Distância de operação em SM igual ou superior a 10km
 - Conectores do tipo LC
- Devem ser fornecidos 8x transceivers de 40Gb tipo QSFP, monomodo, para distancia mínima de 2km, compatíveis com as cartas de expansão fornecidas.

8. Cabo Direct Attach 1m

- a) Cabo para interligação compatível com switch fornecido, com 1m, 10Gbit/s, para stack dos switch fornecidos.

9. Patch UTP

- a) Cabo UTP, de 1m, cat6, para ligar às portas UTP dos switch. Deverão ser numerados segundos as quantidades discriminadas na tabela, em grupos de 24 e 48, com numeração de 1 a 24/48, nas duas extremidades, de forma permanente e não volátil, e os grupos distintos poderão ser fornecidos em várias cores.

10. Chicotes de fibra Monomodo

- a) Chicotes de fibra duplos, monomodo, de no mínimo 1m, com terminação LC em ambas as extremidades, compatíveis com os SFP fornecidos.

ANEXO ÚNICO
CONFORMIDADE COM O RGPD
REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

Introdução. Definições no quadro do RGPD e da LPDP

1. NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

3. SUBCONTRATANTE

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Cláusula 1ª

(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.
2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

Cláusula 2ª

(Responsável pelo tratamento e subcontratante)

No âmbito do Contrato celebrado entre a Universidade do Algarve e a SUBCONTRATANTE, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a Universidade do Algarve será a entidade responsável pelo tratamento e a SUBCONTRATANTE, será a SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 3ª**(Medidas técnicas e organizativas)**

A SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

Cláusula 4ª**(Sub-subcontratação)**

1. A SUBCONTRATANTE não está autorizada a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, a SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste contrato, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
4. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
5. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

Cláusula 5ª**(Termos de vinculação)**

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este contrato, ficando a SUBCONTRATANTE vinculada à responsável pelo tratamento nos termos estabelecidos no Apêndice quanto ao objeto e à duração do tratamento, à natureza e finalidade do tratamento, ao tipo de dados pessoais e às categorias dos titulares dos dados, e às obrigações e direitos do responsável pelo tratamento.

Cláusula 6ª**(Tratamento segundo instruções)**

1. A SUBCONTRATANTE trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da responsável pelo tratamento.

2. O tratamento a efetuar pela SUBCONTRATANTE deve ser realizado nos termos definidos no Apêndice [Condições Contratuais do Tratamento de Dados], de acordo com as revisões e atualizações periódicas, por escrito, de que este seja objeto, bem como outro qualquer tratamento que venha a ser notificado pela Universidade do Algarve à SUBCONTRATANTE, no âmbito do contrato.

Cláusula 7ª

(Circulação e transferência de dados pessoais)

A SUBCONTRATANTE não está autorizada, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigada a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeita, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 8ª

(Compromisso de confidencialidade)

A SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

Cláusula 9ª

(Medidas de segurança)

1. A SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

2. Entre outras, a SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:

a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;

b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;

d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

3. A SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.

4. A SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

Cláusula 10ª**(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)**

1. A SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
2. A SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigada a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.
3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes a este contrato, a SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.
4. A SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 11ª**(Assistência à responsável pelo tratamento)**

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, a SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

Cláusula 12ª**(Conservação dos dados)**

1. A SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.
2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, a SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 13ª**(Dever de prestar informações)**

1. A SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em especial, a SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Cláusula 14ª**(Auditorias e inspeções)**

A SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito deste contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

Cláusula 15ª**(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)**

A SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 16ª**(Registos das atividades de tratamento)**

1. A SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.
2. Deste registo deverá constar:

- a) O nome e contactos da SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;
 - b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
 - c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
 - d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.
3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.
4. A SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 17ª

(Dever de cooperação)

A SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

Cláusula 18ª

(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)

- 1. A SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.
- 2. Em caso de violação de dados pessoais, a SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
- 3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.
- 4. A notificação referida deve, pelo menos:
 - a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
 - b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
 - c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
 - d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pela SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;

5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.

6. A SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

Cláusula 19ª

(Responsabilidade e indemnizações)

A SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 20ª

(Gabinete de Proteção de Dados)

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, os Utilizadores, Destinatários do serviço e Clientes ou Subcontratantes da Universidade do Algarve podem entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico rgpd@ualg.pt, descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta.

APÊNDICE

CONDIÇÕES CONTRATUAIS DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

1. Objeto do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais necessárias à Aquisição de Equipamento de Rede e Antenas para as Residências Universitárias e a SUBCONTRATANTE, celebrado em [LOCAL], em [DATA] (doravante o Contrato).

2. Duração do Tratamento

Duração do tratamento enquanto o Contrato entre a Universidade do Algarve e a SUBCONTRATANTE, estiver em vigor.

3. Natureza e Finalidade do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas para prossecução das seguintes finalidades contratuais: Aquisição de Equipamento de Rede e Antenas para as Residências Universitárias, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

4. Tipos de Dados Pessoais

Todos os tipos de dados que sejam considerados dados pessoais nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

5. Categorias dos Titulares dos Dados

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas sobre as seguintes categorias: Aquisição de Equipamento de Rede e Antenas para as Residências Universitárias, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

6. Instruções de Tratamento

A SUBCONTRATANTE, deve implementar e executar todas as medidas de segurança que sejam consideradas adequadas para garantir a proteção dos dados pessoais, comprometendo-se em particular a:

- a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas ao equipamento utilizado para o tratamento;
- b) Impedir que os suportes de dados sejam lidos, copiados, alterados ou retirados sem autorização;
- c) Impedir a introdução não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer inspeção, alteração ou apagamento não autorizados de dados pessoais conservados;
- d) Impedir que os sistemas de tratamento automatizado sejam utilizados por pessoas não autorizadas por meio de equipamento de comunicação de dados;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema de tratamento automatizado só tenham acesso aos dados pessoais abrangidos pela sua autorização de acesso;
- f) Assegurar que possa ser verificado e determinado a organismos que os dados pessoais foram ou podem ser transmitidos ou facultados utilizando equipamento de comunicação de dados;
- g) Assegurar que possa ser verificado e determinado a posteriori quais os dados pessoais introduzidos nos sistemas de tratamento automatizado, quando e por quem;
- h) Impedir que, durante as transferências de dados pessoais ou o transporte de suportes de dados, os dados pessoais possam ser lidos, copiados, alterados ou suprimidos sem autorização;
- i) Assegurar que os sistemas utilizados possam ser restaurados em caso de interrupção;
- j) Assegurar que as funções do sistema funcionem, que os erros de funcionamento sejam assinalados (fiabilidade);
- k) Assegurar que os dados pessoais conservados não possam ser falseados por um disfuncionamento do sistema;

- l) Assegurar a encriptação de todos os dados pessoais que estiverem armazenados ou transferidos num ambiente sem controlo físico ou fora do sistema de controlo de acesso físico ou lógico; e,
- m) Proceder à transmissão de informação de ficheiros via SFTP, serviços web ou correio eletrónico encriptado com palavra-chave.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.